

A afecção: uma aporia inevitável na Filosofia Teórica de Kant

David Barroso Braga

Universidade Federal do Ceará

Em 1781 é publicada a primeira edição da *Crítica da Razão Pura*. O propósito deste livro é investigar até onde o homem pode conhecer independentemente de qualquer experiência. Para tanto, seu autor põe como necessário, para não incidir no dogmatismo, analisar previamente a própria razão para saber suas fontes de conhecimento, limite e extensão, e com isto repugnar suas aspirações infundadas e ratificar seu conhecimento legítimo.

O resultado obtido desta análise é que a razão especulativa não pode transpor os domínios da experiência possível, mesmo que ela co-bice conhecer *a priori*, estendendo seu conhecimento por meros conceitos. Assim, escreve Kant, o conhecimento humano é apenas fenomênico, isto é, conhecemos apenas objetos condicionados e moldados por nossa forma de conhecer.

Porém a verdade do resultado que obtemos nesta primeira apreensão do nosso conhecimento racional *a priori* é-nos dada pela contra-prova da experimentação, pelo fato desse conhecimento apenas se referir a fenômenos e não às coisas em si que, embora em si mesmas reais se mantém para nós incognoscível¹.

¹ KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*, B XX.

Embora a conclusão da *Crítica* desautorize a razão humana a transpor os limites da experiência possível, o próprio Kant ainda insiste em falar da existência de “objetos” independentes de nossas faculdades e que causam os fenômenos. Assim, assevera que os objetos dos sentidos dependem da afecção por “objetos” “extra-sensíveis” para serem percebidos.

1. A ORIGEM DOS FENÔMENOS

Realmente Kant, logo no início da *Estética transcendental*, afirma que a intuição humana é sensível, tendo como característica a capacidade de receber estímulos de “objetos” que provocam, a partir da afecção de nosso espírito, às sensações que dão origem aos fenômenos - únicos objetos que podem ser conhecidos por nós. Diz ele:

(...) efetivamente, que outra coisa poderia despertar e pôr em ação a nossa capacidade de conhecer senão os objetos que afetam os sentidos e que, por um lado, originam por si mesmos as representações e, por outro lado, põem em movimento a nossa faculdade intelectual e levam-na a compará-las, ligá-las ou separá-las, transformando assim a matéria bruta das impressões sensíveis num conhecimento que se denomina experiência? Assim, *na ordem do tempo*, nenhum conhecimento precede em nós a experiência e é com esta que todo o conhecimento tem o seu início².

Deste modo, Kant afirma que somente temos “objetos” dos sentidos se formos afetados de algum modo por objetos³ “extra-sensíveis”, em outras palavras, assevera ele que o *fundamento* dos “objetos” condicionados à forma humana de conhecer (fenômenos) são os “objetos” considerados *em si* mesmos (independentes do homem). Para ratificar o que fora exposto, cito Kant:

² Ibidem, B 1.

³ É importante ressaltar que a palavra “objeto” na *Crítica da razão pura* aparece como um termo ambíguo, ora significando algo independente da maneira humana de conhecer, por conseguinte um objeto *em si* mesmo, ora se referindo a um objeto dos sentidos, fenomênicos. Para uma constatação dessa ambiguidade na *Crítica da razão pura*, ver A 17/B 31, B 72 entre outras passagens.

É, pois, indubitavelmente certo e não apenas possível ou verossímil, que o espaço e o tempo, enquanto condições necessárias de toda a experiência (externa e interna), são apenas condições meramente subjetivas da nossa intuição; relativamente a essas condições, portanto, todos os objetos são simples fenômenos e não coisas dadas por si desta maneira. Conseqüentemente, muito se pode dizer a *priori* acerca da forma desses fenômenos, mas nem o mínimo se poderá dizer da **coisa em si que possa constituir o seu fundamento**.⁴ (Grifo nosso)

Por intermédio da sensibilidade temos acesso *imediatamente* aos “objetos”⁵, entretanto isso não significa que temos contato direto com os mesmos considerados como coisas *em si*, independentes das formas *apriorísticas* do sujeito, mas tão somente como fenômenos, pois mesmo a *sensação* que está ligada a uma *intuição empírica* – isto é, a matéria bruta ainda não modificada pelas formas *a priori* da sensibilidade-, é considerada fenomênica.

O efeito de um objeto sobre a capacidade representativa, na medida em que por ele somos afetados, é a *sensação*. A intuição que se relaciona com o objeto, por meio de sensação, chama-se *empírica*. O objeto indeterminado de uma intuição empírica chama-se *fenômeno*⁶.

Quando falamos de objetos exteriores referimo-nos a objetos que se situam no *espaço*, e que são intuídos interiormente por intermédio do tempo, por conseguinte, fenômenos, objetos de uma experiência possível, existentes somente para o sujeito cognoscente. Deste modo, escreve Kant sobre o fenômeno:

Em contrapartida, a representação de um *corpo* na intuição nada contém que possa pertencer a um objeto em si; é somente o fenômeno de alguma coisa e a maneira segundo a qual somos por ela afetados; e essa receptividade da nossa capacidade de conhecimento denomina-se sensibilidade e será sempre totalmente distinta do conhecimento do objeto em si mesmo, mesmo que se pudesse penetrar até ao fundo do próprio fenômeno⁷.

⁴ KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*, A 49.

⁵ Cf. *Ibidem*, A 17 / B 31.

⁶ Cf. *Ibidem*, B 34.

⁷ *Ibidem*, A 44.

De acordo com a *Doutrina transcendental dos elementos*, o aparato cognitivo humano é composto de sensibilidade (intuição) e entendimento (conceitos), faculdades estas que são interdependentes e não podem permutar suas funções. Assim, enquanto a sensibilidade tem como função receber *representações* ou afecções, o entendimento tem por desígnio *conhecer* (pensar) objetos mediante as representações oriundas da sensibilidade⁸, o que nos leva a concluir que pela sensibilidade não temos acesso nenhum a objetos *em si*, mas apenas a fenômenos, quer dizer, a representações⁹, já pelo entendimento podemos *produzir* as representações provenientes da sensibilidade e transformá-las em conhecimento mediante as categorias.

Deste modo, o conhecimento humano é representativo, pois se refere em última instância a uma representação, pois tanto a sensibilidade (imediatamente) quanto o entendimento (mediatamente) se reporta sempre a representações e não pode aludir direta ou indiretamente a nada que pertença ao “objeto” representado¹⁰.

Mesmo que pudéssemos elevar esta nossa intuição ao mais alto grau de clareza, nem por isso nos aproximaríamos mais da natureza dos objetos em si. Porque, de qualquer modo, só conheceríamos

⁸ Cf. *Ibidem*, A 50/B 74.

⁹ Segundo Kant, é por intermédio do *espaço* - forma *a priori* da intuição humana que possibilita perceber imediatamente os objetos como exteriores a nós, e situados em locais distintos do nosso - que temos uma “representação imediata dos objetos” (B 41), o que implica asseverar que o conhecimento humano não pode remeter a nada que pertença a coisa em si. “Quisemos, pois, dizer, que toda a nossa intuição nada mais é do que a representação do fenômeno; que as coisas que intuímos não são em si mesmas tal como as intuímos, nem as suas relações são em si mesmas constituídas como nos aparecem; e que, se fizermos abstração do nosso sujeito ou mesmo apenas da constituição subjetiva dos sentidos em geral, toda a maneira de ser, todas as relações dos objetos no espaço e no tempo e ainda o espaço e o tempo desapareceriam; pois, como fenômenos, não podem existir em si, mas unicamente em nós. É-nos completamente desconhecida a natureza dos objetos em si mesmos e independentemente de toda esta receptividade da nossa sensibilidade. Conhecemos somente o nosso modo de os perceber, modo que nos é peculiar, mas pode muito bem não ser necessariamente o de todos os seres, embora seja o de todos os homens”. Cf. *Ibidem*, A 42.

¹⁰ Sobre o conhecimento representacional, diz Dalbosco: “O problema que nos interessa surge quando Kant atribui somente à intuição, e não ao conceito, a possibilidade de se referir imediatamente ao objeto. Ora, a peculiaridade do conceito consiste em ser um tipo de representação que só se refere ao objeto através de uma outra representação. Então o conceito é uma representação de uma representação e é neste sentido que se diz que ele tem uma relação mediata com o objeto”. Cf. DALBOSCO, Claudio A. *Idealismo Transcendental e Ontologia*. In: *Temas sobre Kant*, p. 16.

perfeitamente o nosso modo de intuição, ou seja, a nossa sensibilidade, e esta sempre submetida às condições do espaço e do tempo, originariamente inerentes ao sujeito; nem o mais claro conhecimento dos fenômenos, único que nos é dado, nos proporcionaria o conhecimento do que os objetos podem ser em si mesmos¹¹.

Tudo quanto é conhecido legitimamente pelo homem tem que está subordinado à forma humana de conhecer, conseqüentemente, a maneira como os objetos aparecem (como são representados pelo homem) só existem *no e para* o homem mediante as suas peculiares condições apriorísticas de conhecimento, o que nos remete à assertiva de que se abstraíssemos da maneira humana de conhecer não encontraríamos em lugar algum o objeto assim como ele é representado pelo homem.

Entretanto, se de acordo com o idealismo transcendental, todo o conhecimento humano é apenas fenomênico - ou representativo -, e não podemos ultrapassar os limites de uma experiência possível, então não se pode asseverar que existe algo que não é fenômeno (representação) e que provoca a existência deste. Mas por que Kant admite a *afecção* do nosso espírito por objetos que não se situam no espaço, uma vez que tudo quanto é aceito legitimamente na *Filosofia Transcendental* como exterior a nós encontra-se em nossa intuição sensível e é considerado como representação ou fenômeno?

Sobre a *problemática da afecção* - isto é, a assertiva de Kant de que objetos exteriores provocam a afecção de nosso espírito dando origem aos fenômenos-, desde os tempos de Kant ela incita a inquietação e a curiosidade de muitos pesquisadores, que não concebem uma interpretação coerente do *Idealismo Transcendental com e sem* a teoria de que objetos nos são *dados* e que afetam nosso espírito.

Em relação à recepção do livro *Crítica da Razão Pura*, ainda no ano de 1781, as duas primeiras resenhas foram propícias à sua divulgação¹². Tanto a primeira como a segunda resenha lembram que Kant já havia mostrado seu talento em opúsculos anteriores, mas que agora outorgava ao público uma grande obra. No entanto, o teor delas limita-se a descrever, com base no sumário, o conteúdo da *Crítica* sem um estudo aprofundado.

¹¹ Cf. KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*, A 43.

¹² Cf. BONACCINI, J. A. *Kant e o problema da coisa em si no Idealismo Alemão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.

Já a terceira resenha, atribuída a Feder e a Garve¹³, censura Kant de ser tão idealista quanto Berkeley; afirma que para Kant tudo que conhecemos não passa de representações (fenômenos), provocadas por “coisas desconhecidas”. Desde então, vários são os críticos da obra teórica de nosso autor.

Friedrich Heinrich Jacobi no Apêndice de seu livro *David Hume über den Glauben, oder Idealismus und Realismus* do ano de 1787, anteriormente à publicação da segunda edição da *Crítica*, faz várias objeções a Kant. Ele é considerado o primeiro a elaborar com clareza e precisão o grande problema da *Filosofia Transcendental*, a saber, a tese da incognoscibilidade da coisa em si. No entanto, suas objeções não restringem-se a apenas um problema da *Crítica*, mas a três questões intimamente atreladas¹⁴, das quais queremos destacar o problema da afecção, que também é o centro de nossa presente investigação.

Sobre a origem dos fenômenos¹⁵, argumenta Jacobi que a afecção por “objetos” independentes do sujeito não se harmoniza com o Idealismo *Transcendental*, que defende a concepção de que tudo quanto conhecemos é representação. Mas também afirma que o próprio *Idealismo Transcendental* não se sustenta sem a tese da afecção. Por conseguinte, para ele, a contradição evidencia a incongruência entre as premissas e a conclusão da filosofia teórica kantiana¹⁶.

¹³ Esta resenha foi publicada no Terceiro Caderno do Suplemento dos Göttingischen Anzeigen Von Gelehrten Sachen anonimamente em 1782, mas considerada de autorias de Feder e Garve.

¹⁴ Seguimos a interpretação concebida por Bonaccini de que as objeções de Jacobi não se limitam a um problema, mas a três problemas interligados. Cito as objeções apontadas por Bonaccini: “O Idealismo Transcendental conduz ao solipsismo”, “A tese de que as impressões são provocadas por objetos externos não é compatível com o solipsismo do Idealismo Transcendental” e “A tese da incognoscibilidade das coisas em si mesmas conduzem ao ceticismo”. Ver BONACCINI, J. A. *Kant e o problema da coisa em si no Idealismo Alemão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.

¹⁵ Embora Jacobi não se refira diretamente a problemática da afecção como uma questão distinta do problema da coisa em si, ele desvela este problema como uma inconsistência da *Filosofia Transcendental*.

¹⁶ Em relação ao problema da afecção diz Jacobi: “Tenho de admitir que esta circunstância [que os objetos produzem impressões nos sentidos] me atrasou, e não pouco, no estudo da filosofia kantiana, de modo a fazer-me recomeçar de novo, durante vários anos seguidos, o estudo da *Crítica da Razão Pura*, já que eu ficava continuamente perplexo porque não podia penetrar no sistema sem aquele pressuposto e, com ele, não podia aí permanecer. Sem essa pressuposição, não se podia entrar no sistema, e, com essa pressuposição, não se podia permanecer nele”. Cf. JACOB, H. “Sobre o idealismo transcendental”. In: Gil, F. *A recepção da Crítica da Razão Pura. Antologia de escritos sobre Kant (1786-1844)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992.

2. A NECESSIDADE DA AFECÇÃO PARA TERMOS OBJETOS DOS SENTIDOS

Não obstante Kant considerar *incognoscível* qualquer coisa que não possa ser dada na intuição, ele afirma que existem “objetos” considerados “desconhecidos”, “transcendentais”, situados “fora de nós” e que também afetam nossa sensibilidade originando os objetos fenomênicos, contrariando o resultado de sua pesquisa sobre a limitada capacidade cognitiva humana - incapaz de conhecer coisas *em si* mesmas¹⁷. Mas será que Kant não sabia que esta tese – da afecção- incidia em uma aporia no ponto nevrálgico de seu sistema¹⁸? Se sabia, por que não a suprimiu?

Com a tese da afecção Kant indica – como foi exposto acima - que a causa originadora do fenômeno encontra-se “fora” do sujeito, isto é, em um “objeto” independente e exterior ao próprio *espaço*, o que efetivamente não se harmoniza com as doutrinas da *Estética* e da *Lógica*

¹⁷ Vale ressaltar que o grande problema dos impasses e contradições da metafísica tradicional estava centrado na tese de que o homem podia conhecer as coisas como elas são *em si* mesmas. Embora Kant repugne qualquer tentativa de conhecer as coisas tal como elas são *em si* mesmas, ele concede suas existências, bem como sua relevante situação como causadora do fenômeno. Assim Kant, no intuito de resolver o problema da metafísica acaba por criar outro. Comentando sobre essa dilemática situação de Kant, diz Bonaccini: (...) entendemos como e porque Kant levanta no prefácio a hipótese do Idealismo Transcendental (cuja tese será demonstrada ao longo da CRP), mas nem por isso nos vemos obrigados a admitir sem mais que conhecemos objetos que seriam fenômenos, isto é, aparição de coisas que devemos pensar, mas não conhecer. Ao que parece, para resolver um impasse Kant acaba por criar outro. Esse é o parecer de Schulze, Jacobi, Fichte, Hegel e outros. Cf. BONACCINI, J. A. *Peculiaridade e Dificuldade do Conceito de Idealismo Transcendental*. p. 96.

¹⁸ Referindo-se ao problema crucial da filosofia crítica, argumenta Rodrigues Junior: “Assim, e ao contrário do que afirmava Schopenhauer, não podemos aceitar que o verdadeiro calcanhar de Aquiles da filosofia teórica de Kant esteja na *Lógica Transcendental*, quer na *Analítica* quer na *Dialética*, pois ela realmente começa – mesmo que aí não se encontre sua verdadeira gênese – na *Estética* e na sua tese da idealidade do espaço e do tempo e do conseqüente problema de saber, uma vez admitida sua tesa da aprioridade, o quê, realmente, deve-se entender por *sensação*, *percepção*, *matéria*, *intuição*, etc.; noções absolutamente fundamentais para o soerguimento do projeto kantiano e fontes das principais objeções, refutações e tentativas de reconstrução e continuidade das possibilidades abertas pela inauguração do pensamento transcendental” Cf. RODRIGUES JR, Ruy de Carvalho. *Schopenhauer: uma filosofia do limite*. (Tese de doutorado) PUC-SP. 2011. p. 136. Embora Rodrigues Junior não cite explicitamente nessa passagem o problema da afecção, percebe-se tacitamente que ele se encontra na raiz dessa (s) problemática(s) apontada por ele.

transcendental, que evidenciam o caráter experiencial de nosso conhecimento, uma vez que tudo quanto é conhecido legitimamente tem que ser dado na intuição e considerado fenômeno.

Esse é o parecer de Feder e Garve, que interpretam e censuram a filosofia kantiana de ser idealista à la Berkeley, pois se não podemos conhecer as coisas *em si* mesmas e nem se pronunciar licitamente sobre algo que não seja representação, também não podemos dizer que existem coisas “desconhecidas”, “transcendentais” ou “fora de nós” que afetam nosso espírito e originam os fenômenos¹⁹.

Sobre a recensão de Feder e Garve, comenta Bonaccini:

Quando o resenhador acusa Kant de ser idealista, ainda que possa estar exagerando, toca num ponto importante: Kant “compreende o espírito e a matéria de igual maneira, transforma o mundo e nós mesmos em representações ...”. De fato, conquanto que aqui matéria seja um conceito ambíguo, e de igual modo representações, trata-se do ponto nevrálgico do Idealismo Transcendental: não conhecemos nada, a não ser fenômenos; e fenômenos não são senão representações. Não temos acesso às coisas em si mesmas, pois “...todos os nossos conhecimentos surgem a partir de certas modificações de nós mesmos que chamamos sensações. Onde elas estão situadas, de onde vêm, isto nos é, no fundo, totalmente desconhecido²⁰”.

Se não podemos assegurar que a causa dos fenômenos se encontra “fora de nós”, isto é, exterior ao próprio espaço, também não podemos sair do âmbito de nossas representações - pois isto o idealismo transcendental não permite-, então temos que asseverar que, ou a causa de nossas representações é totalmente desconhecida e não nos pronunciamos de forma alguma sobre ela, ou que nós mesmos a provocamos. Enquanto esta opção faz com que nos movamos “apenas no âmbito da consciência das nossas representações”, “pois não podemos

¹⁹ Sobre o problema levantado por Feder e Garve, diz Bonaccini: “Vale dizer que aqui aparece pela primeira vez, ainda que de maneira um tanto velada, um dos aspectos do problema da coisa em si. A objeção diz: se só conhecemos representações, então não podemos conhecer a causa delas; ou então a causa delas só pode estar em nós mesmos, pois caso contrário seria forçoso admitir ilicitamente algo extra-representacional (mas se não conhecemos nada que não se funde em nossas sensações, não podemos fugir das nossas representações nem admitir coisas que as provocariam”. Cf. BONACCINI, J. A. *A aetas kantiana e o problema de Jacobi*, p. 35.

²⁰ *Ibidem*, p. 35.

dizer que o {seu} fundamento é diferente de uma representação” e “não podemos nem abstrair totalmente nem sair delas”²¹, o que conduz ao idealismo solipsista²², aquela alternativa nos encaminha para o ceticismo, pois se não podemos nos referir a nada que não seja dado na intuição (mantemo-nos na *ignorância transcendental*²³), então nossas representações subjetivas, ou melhor, “todo nosso conhecimento não contém nada, absolutamente nada que possa ter um significado verdadeiramente objetivo” — o que significa dizer: não é conhecimento; o conhecimento é impossível²⁴.

Deste modo, seria mais coerente da parte de Kant negar a existência de algo “extra-sensível” e que causam os fenômenos, uma vez que não se pode ultrapassar o âmbito do conhecimento sensível (o que ele não fez) e assim não se reportar arbitrariamente, a partir do efeito, à causa “não-sensível” do fenômeno, utilizando de forma ilegítima os conceitos puros do entendimento para além da sensibilidade (o que ele o fez)²⁵.

Embora a tese da afecção aponte para a inconsistência da *filosofia transcendental*, ela aparece como fundamental e necessária para que o conhecimento representativo humano não seja originado por uma representação que também teria como causa outra representação, in-

²¹ Ibidem, p.47-48.

²² Sobre o fato de o conhecimento representacional kantiano incidir no solipsismo, observemos esta passagem da *Crítica* (A 101): “(...) que os fenômenos não são coisas em si, mas o simples jogo das nossas representações que, em último termo, resultam das determinações do sentido interno”. Assim, diz Bonaccini: “Neste sentido, idealismo é solipsismo no sentido mais preciso da palavra: se só podemos explicar as representações por outras representações não podemos garantir que não estejamos a sós conosco, nós e nossas representações”. Cf. BONACCINI, J. A. *Aetas kantiana e o problema de Jacob*, p. 48.

²³ Termo utilizado por Jacobi. Cf. JACOB, H. “*Sobre o idealismo transcendental*”. In: Gil, F. A recepção da *Crítica da Razão Pura*. Antologia de escritos sobre Kant (1786-1844). p. 109.

²⁴ Cf. BONACCINI, J. A. *A aetas kantiana e o problema de Jacobi*, p.52.

²⁵ “O uso das categorias, para empregar a expressão kantiana, só pode ser imanente e não transcendente. A coisa em si, a que acima já nos referimos e que a sensibilidade supõe como fonte das suas impressões, não pode ser conhecida; o entendimento pode unicamente pensá-la; e a coisa em si pensada é o que se designa por númeno. É certo que seria objeto de uma intuição intelectual se realmente a possuíssemos. Assim, desprovidos de uma tal intuição, permanece-nos inteiramente incognoscível. O entendimento humano é capaz de conhecimento, de ciência, mas limitado ao domínio da sensibilidade, da experiência possível. É certo, também, que a coisa em si está sempre suposta como fonte de impressões sensíveis, mas nada mais; a intuição apenas enquadra essas impressões graças às formas a priori do espaço e do tempo, criando-se o fenômeno”. MORUJÃO, A. F. *Prefácio à edição portuguesa*. In: *Crítica da razão pura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 5ª edição. 2001.

correndo num círculo e dando margem às acusações de solipsista e idealista, pois se tudo quanto conhecemos é representação²⁶ e não podemos ultrapassar os limites de uma experiência possível, então a causa de minhas representações seriam outras representações originadas também por representações, incidindo em um círculo e na regressão ao infinito.

Entretanto, segundo a doutrina da filosofia transcendental, no espírito humano há apenas as condições apriorísticas possibilitadoras do conhecimento, que condicionam e conformam todos os “objetos” que são dados na sensibilidade. Por conseguinte, o ser humano não pode dar a si mesmo a *matéria* das coisas que podem ser conhecidas legitimamente, o que implica dizer que o conteúdo de todos os objetos é dado apenas *a posteriori*²⁷.

Em uma passagem da *Estética transcendental*, ressaltando a distinção entre o que é originário do espírito humano, portanto *a priori*, e o que é proveniente da experiência, diz Kant:

Uma vez que aquilo, no qual as **sensações** unicamente se podem ordenar e adquirir determinada forma, não pode, por sua vez, ser sensação, segue-se que, se²⁸ a **matéria de todos os fenômenos nos é dada somente a posteriori**, a sua forma deve encontrar-se *a priori* no espírito, pronta a aplicar-se a ela e portanto tem que poder ser considerada independentemente de qualquer sensação²⁹. (Grifo nosso)

²⁶ Cf. KANT, Immanuel, *Crítica da razão pura*, B 518.

²⁷ Quando a razão ultrapassa completamente os limites da experiência, tendo por pretensão estender o seu conhecimento simplesmente por conceitos, sendo aluna de si própria, e se abstendo de aprender com a natureza, ela se confunde, pois seu conhecimento *a priori*, distante das lições da experiência, é vazio, o que a faz flutuar entre conceitos, pois não possui qualquer fundamento que possa se apoiar.

²⁸ Pode-se perceber nessa citação a condicional que Kant utiliza e, a partir dele, duvidar do sentido que estamos empregando, mas para demolir qualquer pensamento desse tipo, indicamos que se veja A 720/ B 748 um texto que colabora com a nossa colocação. Assim, as sensações ou “matéria” de nosso conhecimento é dada somente *a posteriori*, pois é originada da afecção de nosso espírito por “objetos” independentes, que de certo modo põem em movimento nosso aparato cognitivo. Deste modo, sem a tese da afecção não teríamos as sensações, nenhum objeto fenomênico seria dado, conseqüentemente, nenhum *conhecimento* seria possível.

²⁹ KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*, B 34.

Para podermos ter objetos dos sentidos necessitamos ser afetos de algum modo por objetos “extra-sensíveis” - este é o posicionamento de Kant. Mesmo que esta afirmação venha a contradizer a própria filosofia transcendental, ela é essencial para não incorremos no idealismo, ceticismo, solipsismo e na regressão *ad infinitum*. Assim, sem a tese da afecção nenhum objeto nos seria dado, conseqüentemente não teríamos acesso a nenhum conhecimento - já que este inicia pela experiência, portanto, *a posteriori*- e ficaríamos restritos a nossa forma *apriorística* de conhecimento: sem matéria, conteúdo e objeto.

3. A AFECÇÃO: UMA APORIA INEVITÁVEL

Quando defrontamos os fundamentos do Idealismo transcendental com a tese da afecção de nosso espírito por coisas *em si*, logo percebemos a aporia no ponto nevrálgico da filosofia crítica: a impossibilidade de conciliar os limites da capacidade humana de conhecer, restrita a uma experiência possível, com a origem dos fenômenos, provocada por objetos exteriores ao próprio sujeito.

Entretanto, o caráter passivo ou receptivo de nossa sensibilidade exige que algo lhe seja dado para que ela possa aplicar-lhe suas formas *apriorísticas*, que condicionam e conformam tudo que é dado na intuição. Ulteriormente e no mesmo sentido, o entendimento precisa aplicar suas categorias ao objeto da intuição para que elas possam ter validade objetiva. Deste modo, os objetos conhecidos legitimamente são somente os fenômenos, isto é, os objetos condicionados a maneira humana de conhecer, que mesmo existindo apenas para os homens, não são meras aparências, mas objetos reais.

Assim, o aparato cognoscitivo humano, longe de ter uma intuição intelectual que concederia *in concreto* a si mesmo o objeto que representa no entendimento, *depende* da afecção da sensibilidade por algo independente e exterior ao próprio sujeito para que tenha objeto dos sentidos. A carência da afecção do espírito humano acarretaria no isolamento da *forma* transcendental humana de sua *matéria*.

Todavia, por muito contrário que seja ao espírito da filosofia kantiana dizer dos objetos que eles provocam *impressões* nos sentidos, suscitando dessa forma representações, não se percebe

muito bem como é que, sem este pressuposto, a filosofia kantiana conseguiria encontrar acesso a si mesma e chegar a qualquer exposição da sua doutrina. Pois que já a palavra sensibilidade fica privada de todo e qualquer significado se não entender por ela um meio distinto e real entre o real e o real, o meio efetivo de *alguma coisa para alguma coisa* e se no seu conceito não estiverem contidos os conceitos de estar separado e estar conectado, de ser ativo e ser passivo, de causalidade e dependência, *como determinações reais e objetivas*; e, sem dúvida, contidos neles de maneira que seja juntamente dada a generalidade absoluta e a necessidade destes conceitos como pressuposto prévio³⁰.

Por mais que a admissão da afecção seja contrária ao idealismo transcendental, ela aparece como fundamental para que tenhamos objeto dos sentidos: uma aporia inevitável. Deste modo, a afecção do espírito é o ponto de partida da doutrina da percepção da filosofia kantiana, conseqüentemente, o início de todo o conhecimento humano. Mas a maneira como temos “contato” com “objetos *em si*” permanece inteiramente misterioso, pois não possuímos competência alguma que seja “sensível” a sua presença.

Não obstante a assertiva de que nossas sensações são produzidas pelas coisas *em si* – a partir do seu efeito sobre nossa sensibilidade –, de acordo com o idealismo transcendental, não poderíamos nos pronunciar licitamente sobre objetos independentes de nossa maneira de conhecer, quanto mais afirmar que somos afetados por objetos “desconhecidos”, ou melhor, a rigor não poderíamos sequer falar, mesmo que indiretamente, de coisas *em si*, exteriores ao próprio sujeito cognoscente.

Deste modo, o conhecimento humano fica restrito ao campo fenomênico e jamais pode exceder os domínios de uma experiência possível, pois tudo quanto conhecemos está subordinado às formas apriorísticas das faculdades cognitivas humanas – espaço e tempo na sensibilidade e os conceitos no entendimento. Mas o problema reaparece quando se quer saber o quê origina os fenômenos, uma vez que não se pode sair do âmbito fenomênico.

³⁰ JACOB, H. “Sobre o idealismo transcendental”. In: Gil, F. A recepção da Crítica da Razão Pura. Antologia de escritos sobre Kant (1786-1844), p. 106-107.

A relação entre a tese incognoscibilidade das coisas em si mesmas e a necessidade etiológica da afecção, exigida pelo ponto de partida da teoria kantiana da percepção, parecem ser inconciliáveis. Cada uma parece pedir que se negue a outra. Se, por um lado, negar a tese da incognoscibilidade redundaria em ter que admitir o conhecimento de coisas em si, desdizendo os argumentos da Estética, e em ter de aplicar as categorias além da experiência, contrariando o critério conquistado na Analítica, negar o caráter etiológico da afecção, por outro lado, ou negar a afecção de coisas em si em favor dos fenômenos, traz consigo o problema de que tudo parece então ser reduzido a representações³¹.

A ácida interpretação da *Crítica da razão pura* feita por Feder e Garve, Jacobi e outros estudiosos levaram-os a concluir que o sistema crítico não poderia escapar do âmbito fenomênico-representacional a qual o homem estava tão somente autorizado a conhecer, o que o fazia incidir no idealismo, solipsismo e ceticismo. Mas Kant vai além das teses do idealismo transcendental – o que fez que eles também o acusassem de ser inconsistente, incoerente, e de querer mais do que poderia-, consequentemente, ultrapassando os limites de sua própria filosofia.

(...) o filósofo kantiano se está a afastar completamente do espírito do seu sistema ao dizer que os objetos causam *impressões* nos sentidos e assim *provocam* sensações, dando desta forma *origem* às representações: é que, segundo a doutrina de Kant, o objeto empírico, que é apenas fenômeno, não pode existir fora de nós e não pode ser mais do que uma representação; do *objeto transcendental*, contudo, não ficamos a saber o mínimo, segundo esta doutrina; e nunca se fala dele também quando se consideram os objetos; o seu conceito é, quando muito, um conceito problemático *que se baseia na forma inteiramente subjetiva do nosso pensamento, atinente apenas a nossa sensibilidade peculiar*; a experiência não o fornece nem o pode fornecer de forma alguma, porque aquilo que não é fenômeno nunca pode ser objeto da experiência; o fenômeno, porém, e pelo fato de haver em mim esta ou aquela afecção dos sentidos; não pode estabelecer relação alguma entre essas tais representações e qualquer objeto³².

³¹ BONACCINI, J. A. *Kant e o problema do mundo exterior*, p. 8.

³² JACOB, H. "Sobre o idealismo transcendental". In: Gil, F. A recepção da Crítica da Razão Pura. Antologia de escritos sobre Kant (1786-1844), p. 106.

Kant introduz a tese da afecção para que pudéssemos ter *algo* que se referisse à receptividade da sensibilidade e “originasse” o fenômeno, mesmo que esse algo fosse “incognoscível”, “problemático” e se situasse “fora de nós”, rompendo as barreiras do idealismo transcendental, postas por ele mesmo. Mas o objeto transcendental não se apresenta apenas como um postulado. Assevera Kant que ele é real e seria um “escândalo para a filosofia e para o senso comum em geral”³³ se reputássemos apenas como crença a existência do fundamento da matéria de todo o nosso conhecimento.

Tenho de admitir que esta circunstância [que os objetos produzem impressões nos sentidos] me atrasou, e não pouco, no estudo da filosofia kantiana, de modo a fazer-me recomeçar de novo, durante vários anos seguidos, o estudo da *Crítica da Razão Pura*, já que eu ficava continuamente perplexo porque não podia penetrar no sistema *sem* aquele pressuposto e, *com* ele, não podia aí permanecer. *Sem essa* pressuposição, não se podia entrar no sistema, e, *com* essa pressuposição, não se podia permanecer nele³⁴.

Assim, a tese da afecção se apresenta como uma aporia inevitável, mas necessária para o empreendimento crítico teórico de Kant, pois a tese da afecção de nosso espírito por um “objeto transcendental” é essencial para que o fundamento de nossas representações não sejam outras representações, incorrendo num círculo e concedendo motivos para a acusação de idealista e solipsista.

REFERÊNCIAS

KANT, I. *Crítica da razão pura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Original *Kritik der reinen Vernunft*. Traduzido por Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. 5ª edição. 2001. Total de páginas 685.

_____. *Escritos pré-críticos*. São Paulo: UNESP, 2005.

_____. *Prolegômenos a toda a metafísica futura*. Lisboa: Edições 70. 1987.

BECKENKAMP, J. *Crítica e conceito*. In: MODERNOS E CONTEMPORÂNEOS, Nº1 (2000), pp.7-60.

³³ KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*, B XXXIV (nota de rodapé).

³⁴ JACOB, H. “Sobre o idealismo transcendental”. In: Gil, F. *A recepção da Crítica da Razão Pura*. Antologia de escritos sobre Kant (1786-1844), p. 107.

BONACCINI, J. A. *Kant e o problema da coisa em si no idealismo alemão. Sua atualidade e relevância para a compreensão do problema da filosofia*. Rio de Janeiro; Relume Dumará, 2005.

_____. *Acerca do conceito de fenômeno na Crítica da Razão Pura*. PRINCÍPIOS (UFRN, Natal, Brasil), Vol.4, n. 5, (1997), pp. 159-186.

_____. “Kant e o problema do mundo externo”. In: MANUSCRITO, REVISTA INTERNACIONAL DE FILOSOFIA, Campinas, S.Paulo, XXV/1 (2002), pp. 7-68.

_____. *Peculiaridade e dificuldade do conceito de Idealismo Transcendental em Kant*. Trabalho apresentado na 47ª Reunião Anual do SBPC- São Luiz- (MA) em 10/07/1995.

Gil, F. (Cord.). *A recepção da Crítica da Razão Pura. Antologia de escritos sobre Kant (1786-1844)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992.

HULSHOF, M. *A ‘coisa em si’ entre teoria e prática: uma exigência crítica*. (Tese de Doutorado). USP. 2011.

CASAGRANDA, E. “Kant e o deslocamento do horizonte da metafísica tradicional”. In: Temas sobre Kant. EDIPUCRS. Coleção Filosofia 106. Org. Angelo V. Cenci.

DALBOSCO, C. A. “Idealismo Transcendental e Ontologia”. In: Temas sobre Kant. EDIPUCRS. Coleção Filosofia 106. Org. Angelo V. Cenci.

LEBRUN, G. *Kant e o fim da metafísica*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. “O papel do espaço na elaboração do pensamento kantiano”. In: Sobre Kant. São Paulo. Iluminuras. 1993.

LINHARES, O.B. *Realismo e idealismo transcendentais na “Dissertação de 1770”*. In: *Kant e o Kantismo. Heranças interpretativas*. Célia Maria Aparecida Martins e Ubirajara Rancar de Azevedo Marques (orgs.). Marília, SP: Ed. Brasiliense, 2009.

_____. *Ciência e Metafísica na Dissertação de 1770*. Kant e-Prints. Campinas, Série 2, v. 2, n. 2, p. 143-163, jul.-dez., 2007, p.144.

PEREZ, D. O. *Kant e o problema da significação*. Curitiba, Ed. Chapagnat, 2008.

RODRIGUES Jr, R. C. *Schopenhauer: uma filosofia do limite*. (Tese de doutorado). PUC-SP. 2011.